

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	18
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	47
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	48

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	55
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	23/02/2011	Dividendo	22/03/2011	Ordinária		39,42131
Assembléia Geral Extraordinária	23/02/2011	Dividendo	22/03/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	43,36344
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2011	Dividendo	29/04/2011	Ordinária		68,98446
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2011	Dividendo	29/04/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	75,88290

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	150.073	146.426
1.01	Ativo Circulante	25.916	27.925
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.146	18.041
1.01.01.01	Caixa Geral	306	349
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	2.889	1.905
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	12.951	15.787
1.01.03	Contas a Receber	7.061	8.779
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.061	8.779
1.01.03.02.02	Créditos Tributários	492	489
1.01.03.02.03	Despesas Antecipadas	1.270	1.970
1.01.03.02.04	Contas a Receber	5.198	6.217
1.01.03.02.05	Adiantamento à Fornecedores	101	103
1.01.04	Estoques	112	30
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.597	1.075
1.01.08.03	Outros	2.597	1.075
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	2.597	1.075
1.02	Ativo Não Circulante	124.157	118.501
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.283	8.002
1.02.01.03	Contas a Receber	1.530	1.530
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.530	1.530
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.635	4.442
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.635	4.442
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.118	2.030
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.118	2.030
1.02.03	Imobilizado	1.359	1.322
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.359	1.322
1.02.03.01.01	Imobilizado	1.359	1.322
1.02.04	Intangível	114.515	109.177
1.02.04.01	Intangíveis	114.515	109.177
1.02.04.01.02	Intangível	114.515	109.177

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	150.073	146.426
2.01	Passivo Circulante	28.045	29.150
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.861	3.186
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.861	3.186
2.01.01.02.01	Salários Provisões e Contribuições	3.861	3.186
2.01.02	Fornecedores	1.125	2.594
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.125	2.594
2.01.02.01.01	Fornecedores	1.125	2.594
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.204	6.990
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.406	6.169
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.942	5.633
2.01.03.01.02	Outros	464	536
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	24	14
2.01.03.02.01	ICMS	24	14
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	774	807
2.01.03.03.01	ISS	774	807
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.317	12.306
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.233	6.154
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.233	6.154
2.01.04.02	Debêntures	7.084	6.152
2.01.04.02.01	Debêntures	7.084	6.152
2.01.05	Outras Obrigações	1.496	1.975
2.01.05.02	Outros	1.496	1.975
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	1
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	698	678
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	797	1.296
2.01.06	Provisões	2.042	2.099
2.01.06.02	Outras Provisões	2.042	2.099
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção	2.042	2.099
2.02	Passivo Não Circulante	51.139	52.078
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	40.198	41.723
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	32.530	34.055
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	32.530	34.055
2.02.01.02	Debêntures	7.668	7.668
2.02.01.02.01	Debêntures	7.668	7.668
2.02.02	Outras Obrigações	112	150
2.02.02.02	Outros	112	150
2.02.02.02.03	Arrendamento Mercantil	112	150
2.02.04	Provisões	10.829	10.205
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.910	1.910
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20	20
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	580	580
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.310	1.310
2.02.04.02	Outras Provisões	8.919	8.295
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	8.919	8.295

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03	Patrimônio Líquido	70.889	65.198
2.03.01	Capital Social Realizado	38.800	38.800
2.03.02	Reservas de Capital	8.191	7.599
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.596	3.596
2.03.02.07	Reserva para Aumento Capital	4.595	4.003
2.03.04	Reservas de Lucros	23.898	18.799
2.03.04.01	Reserva Legal	2.206	1.744
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.897	3.370
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	17.795	13.685

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	37.551	33.567
3.01.01	Receita de Serviços	34.317	29.621
3.01.02	Receita Custos de Construções	6.218	6.509
3.01.03	PIS	-225	-193
3.01.04	Cofins	-1.038	-889
3.01.05	ISS	-1.721	-1.481
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.802	-15.134
3.02.01	Custos de Serviços	-9.584	-8.625
3.02.02	Custos de Construções	-6.218	-6.509
3.03	Resultado Bruto	21.749	18.433
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.073	-3.712
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.758	-3.256
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.758	-3.256
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	124	34
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	124	34
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-439	-490
3.04.05.02	Depreciação	-95	-86
3.04.05.03	Outros	0	-34
3.04.05.04	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-344	-370
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.676	14.721
3.06	Resultado Financeiro	-3.081	-6.666
3.06.01	Receitas Financeiras	435	291
3.06.01.01	Receitas Financeiras	435	291
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.516	-6.957
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-142	-327
3.06.02.02	Remuneração Debenturistas	-3.374	-6.630
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.595	8.055
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.347	-2.406
3.08.01	Corrente	-5.540	-2.455
3.08.02	Diferido	193	49
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.248	5.649
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.248	5.649
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	112,74	68,86
3.99.01.02	ON	102,49	62,6
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	112,74	0
3.99.02.02	ON	102,49	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.055	11.254
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.717	7.422
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	9.247	5.649
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.119	1.457
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	-23	-36
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	-193	-182
6.01.01.06	Provisão para Recapeamento	567	534
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	338	3.832
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	700	812
6.01.02.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-88	0
6.01.02.04	Outros Circulantes	-81	-156
6.01.02.05	Salários, Provisões e Contribuições Sociais	-468	-2.011
6.01.02.08	Outras Obrigações a Pagar	-931	99
6.01.02.09	Fornecedores	-1.469	267
6.01.02.10	Valores a Receber	-488	-56
6.01.02.11	Participação nos Lucros dos Resultados	344	357
6.01.02.12	Adiantamento a Fornecedor	-17	-23
6.01.02.13	Aplicações Financeiras	2.836	4.543
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.471	-6.490
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-7.471	-6.490
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.643	-4.027
6.03.01	Empréstimos pagos a Terceiros	-1.017	0
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-3.557	-5.645
6.03.04	Obrigações a Investidores	931	1.618
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	941	737
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.254	1.807
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.195	2.544

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	38.800	7.599	18.799	0	0	65.198
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	38.800	7.599	18.799	0	0	65.198
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.557	0	-3.557
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.557	0	-3.557
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.248	0	9.248
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.248	0	9.248
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	592	5.099	-5.691	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	592	5.099	-5.691	0	0
5.07	Saldos Finais	38.800	8.191	23.898	0	0	70.889

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	34.300	3.596	25.861	0	0	63.757
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	34.300	3.596	25.861	0	0	63.757
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	2.068	-3.410	0	-1.342
5.04.06	Dividendos	0	0	2.068	-3.410	0	-1.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.649	0	5.649
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.649	0	5.649
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	647	-4.055	-2.239	0	-5.647
5.06.01	Constituição de Reservas	0	647	-4.055	-2.239	0	-5.647
5.07	SalDOS Finais	34.300	4.243	23.874	0	0	62.417

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	40.659	36.130
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	34.317	29.621
7.01.02	Outras Receitas	6.342	6.509
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.989	-13.758
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.356	-1.913
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.633	-11.845
7.03	Valor Adicionado Bruto	26.670	22.372
7.04	Retenções	-2.119	-1.457
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.119	-1.457
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	24.551	20.915
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	435	291
7.06.02	Receitas Financeiras	435	291
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.986	21.206
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.986	21.206
7.08.01	Pessoal	3.271	3.024
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.273	1.908
7.08.01.02	Benefícios	484	557
7.08.01.03	F.G.T.S.	170	189
7.08.01.04	Outros	344	370
7.08.01.04.01	Participações de Empregados	344	370
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.951	5.577
7.08.02.01	Federais	7.108	3.942
7.08.02.02	Estaduais	122	154
7.08.02.03	Municipais	1.721	1.481
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.516	6.956
7.08.03.01	Juros	142	327
7.08.03.03	Outras	3.374	6.629
7.08.03.03.01	Participações de Debenturistas	3.374	6.629
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.248	5.649
7.08.04.02	Dividendos	2.197	1.235
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.051	4.414

Comentário do Desempenho

CENÁRIO ECONÔMICO

Em 2010, o Brasil registrou um cenário econômico excepcional, evidenciado pelo menor desemprego histórico, crescimento real da renda, geração recorde de empregos, forte expansão da produção industrial e das exportações, após a crise de 2008/2009. Apesar deste quadro altamente favorável, registrou-se como contrapartida um aumento da pressão sobre a inflação (a inflação ao consumidor medida pelo IPCA registrou a maior variação em seis anos: 5,91%) e do déficit em transações correntes, que aponta para dependência crescente de poupança externa. A manutenção deste cenário em 2011 exigirá a adoção das reformas fiscais e tributárias exaustivamente demandadas pelos vários setores da economia.

Além de substancialmente superior ao centro da meta de 4,5% perseguida pelo Banco Central, a inflação ficou bem acima dos 4,31% alcançados em 2009. Embora as *commodities* tenham contribuído para a aceleração do índice, o aumento de *serviços* (7,6%) exerceu sua maior pressão em 13 anos, principalmente por conta da expansão da demanda doméstica.

Até meados de 2010, apesar do elevado nível dos preços ligados à atividade doméstica, como serviços e construção civil, o baixo nível dos preços dos bens comercializáveis delineou um cenário inflacionário benigno. No entanto, nos últimos meses houve aceleração deste último grupo, que acompanhou a elevação dos preços das *commodities* alimentícias no mercado internacional.

O Estado do Rio de Janeiro acompanhou esta performance e em 2010 presenciou-se o melhor desempenho de todos os tempos no mercado de trabalho, com contratações recordes e a menor taxa de desemprego. A produção industrial apresentou o maior avanço em oito anos, com vendas reais 11,4% maiores que 2009 e projeção de novos avanços dados os investimentos em capacidade instalada e infraestrutura mais apta ao crescimento sustentável.

Ratificando a tendência observada ao longo do ano, a maior contribuição ficou por conta de *Veículos Automotores*, diante da congregação de incentivos fiscais com expansão da massa salarial e do crédito que impulsionaram o crescimento anual. O crescimento da *Metalurgia Básica* se beneficiou da pujança tanto da indústria automobilística quanto da construção civil. Nesse contexto de aquecimento, a atividade de *Refino de petróleo e álcool* avançou 7,3% no ano, com destaque para a produção de óleo diesel e gasolina automotiva, e firmou-se como o terceiro segmento de maior relevância para o crescimento em 2010.

Outros indicadores ratificaram este crescimento:

Comentário do Desempenho

- a. acréscimo de horas trabalhadas na produção do ano de 2010, ficando 10,0% acima de 2009;
- b. O nível médio de Utilização da Capacidade Instalada na Indústria do Estado do Rio de Janeiro atingiu, na média do ano, o patamar de 83,1%, superior ao ano de 2009 (80,3%);
- c. Quanto ao mercado de trabalho, o ano de 2010 encerrou com variação positiva de 7,4% em relação a 2009;
- d. Em linha com os resultados observados nas horas trabalhadas, a massa de salários cresceu 6,9% frente à média do ano anterior;
- e. Em 2010, o mercado de trabalho no Estado do Rio de Janeiro registrou o melhor desempenho ao criar cerca de 190 mil empregos com carteira assinada, segundo o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), 23,3% maior do que observado em 2008, somada à menor taxa de desemprego registrada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro pelo IBGE – de 5,61% - confirma a posição privilegiada que a economia do Estado se encontra.
- f. A geração recorde de 2010 é resultado das contratações, também recorde, na Indústria de Transformação, nos Serviços Industriais de Utilidade Pública, em Serviços e no Comércio. O setor de *Serviços*, maior demandante de mão-de-obra, foi responsável por cerca de 105 mil novas vagas no ano, o que representa um incremento de 50% em relação ao que foi gerado em 2008 e quase o dobro de vagas oferecidas em 2009. Reflexo de um maior mercado consumidor e do nível de atividade aquecido, o *Comércio* gerou 46 mil novos postos de trabalho e a *Construção Civil* 12 mil. As 29 mil novas vagas da *Indústria de Transformação* reafirmam o fortalecimento e a expansão da indústria fluminense. O saldo de 2010 é cinco vezes mais alto do que o observado em 2009 e quase 60% maior do que o encontrado em 2008, agora segundo melhor ano da série.
- g. Finalmente, notou-se que, mesmo com expansão na oferta de postos de trabalho, o rendimento médio real da população ocupada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no ano passado também obteve aumento real de 14,4% frente a 2009, ficando acima da Região Metropolitana de São Paulo e da média nacional.

As projeções para 2011 apontam que a economia brasileira seguirá crescendo (4,5% Banco Central) acima da média dos países centrais (3,6% - FMI). Nesse sentido, espera-se o aumento dos gastos com serviços e rendas, bem como o avanço das importações, o que aprofundaria ainda mais o déficit em Conta Corrente (US\$ 69 bilhões – Expectativa do

Comentário do Desempenho

Banco Central). Por outro lado, essa mesma perspectiva de avanço da economia doméstica, aliada ao diferencial de juros do País, atrai grande volume de Investimentos Estrangeiros, que cobririam o déficit em Conta Corrente, garantindo a estabilidade externa. Cabe ressaltar, que o País deve incentivar os investimentos produtivos (Diretos) uma vez que os Investimentos em carteira são extremamente voláteis.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A aplicação das novas práticas contábeis envolveu a reclassificação de alguns itens que afetaram tanto a receita quanto os custos operacionais, motivo pelo qual estaremos comentando o desempenho da companhia, citando, quando aplicável os efeitos das novas práticas contábeis em cada item, para permitir uma clara compreensão dos impactos e preservar a comparação com os indicadores históricos.

As metas fixadas no Orçamento e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia foram superadas neste 1º trimestre de 2011, em seus principais indicadores de resultado, tais como Receita Bruta, EBITDA, Lucro Líquido, Remuneração das Debêntures e Distribuição de Dividendos.

O Faturamento da companhia foi impactado pelo reajuste de 7,8% na tarifa, aprovado pela ANTT em 01/09/2010 e pelo crescimento do tráfego da ordem de 15,6% em relação ao mesmo período de 2010. Com a adoção das novas práticas contábeis, foi apurada como receita de construção R\$ 6,2M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção e a adoção de margem zero para este tratamento.

Os custos operacionais e despesas administrativas estão 7,17% abaixo dos registrados no 1º trimestre de 2010, devido ao volume de chuvas do primeiro trimestre que impediram a realização de alguns custos.

A exemplo da receita, os custos foram impactados pela adoção das novas práticas contábeis em R\$ 6,8M, dos quais R\$ 600 mil referem-se a provisão para recapeamento.

Estes fatores explicam o crescimento EBITDA em relação ao mesmo período de 2010.

O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho

Comentário do Desempenho

operacional, em que pese o utilizarmos ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável ao de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

O EBITDA ajustado do trimestre atingiu 52,52% da receita líquida contra 43,60% de 2010, em função, principalmente, do aumento das receitas operacionais que superaram aquele período em R\$ 4,7 milhões (conforme comentado acima).

Lucro líquido no trimestre	9.247
Imposto de renda e CSLL	5.348
Participações	3.374
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(292)
Depreciações e Amortizações	2.119
EBITDA ajustado	19.778

O Lucro Líquido da Companhia atingiu R\$ 9,2M contra R\$ 5,2M de 2010, já considerando todos os efeitos da aplicação das novas práticas contábeis.

O resultado do 1º trimestre de 2010 está impactado pelo aumento das despesas financeiras em R\$ 4,3 milhões face ao pagamento da remuneração das Debêntures retidas, em conjunto com dividendos, que totalizaram R\$ 10,7 milhões. Anulando-se este efeito, os resultados dos trimestres são equivalentes.

O lucro líquido por ação no trimestre foi de R\$ 106,94 (R\$ 60,16 em 2010), justificado pela junção dos eventos acima comentados e pelo rigor na gestão de custos que os mantiveram próximos de 2010.

Comentário do Desempenho

DESCRIÇÃO	31.03.2011	31.03.2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37.657	33.568
Receitas operacionais	34.317	29.621
PIS, COFINS, ISS e Outros	2.983	2.562
Outras receitas	106	-
Receita de construção (novas práticas contábeis)	6.218	6.509
CUSTOS E DESPESAS	17.880	18.934
Custos e despesas	10.335	11.176
Ônus da concessão	703	714
Custo da construção (novas práticas contábeis)	6.218	6.509
Provisão para recapeamento (novas práticas contábeis)	624	535
EBITDA	19.778	14.634
<i>EBITDA/Receita Líquida</i>	<i>52,52%</i>	<i>43,60%</i>
EBITDA S/ Efeito das novas práticas contábeis	20.345	16.714
<i>EBITDA/Receita Líquida</i>	<i>64,71%</i>	<i>61,77%</i>
Depreciações e amortizações (*)	2.119	(87)
Despesas financeiras líquidas(**)	3.082	6.666
Resultado não operacional	18	(0)
LUCRO ANTES I. RENDA	14.595	8.054
Imposto de renda/contribuição social	5.348	2.406
LUCRO LÍQUIDO (*)	9.247	5.649
Lucro Líquido/Receita Líquida (*)	24,56%	16,83%

(*) Inclui impacto das novas práticas contábeis

(**) Inclui remuneração das debêntures

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão. Dentre as obras realizadas e/ou iniciadas destacamos a primeira fase da construção da terceira faixa da serra, a reconstrução de placas de concreto na serra, a construção de passarelas e o alargamento e reforço de pontes e viadutos.

FINANCIAMENTO

Em 2009 foi obtido financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8 M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Até o momento foram captados R\$ 39,6M, restando captar em 2011 o montante de R\$ 12,2M.

REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Enviamos ao Conselho de Administração a proposta de distribuição de resultados ao primeiro trimestre de 2011, cujo valor é de R\$ 8,3 milhões, distribuídos entre Acionistas (R\$ 4,9 milhões) e Debenturistas (R\$ 3,4 milhões). Tal montante supera o distribuído no mesmo período de 2010 em R\$ 2,7 milhões (Acionistas R\$ 1,5 milhões e Debenturistas

Comentário do Desempenho

R\$ 1,2 milhões). Esta diferença deve-se, além do bom resultado do 1º trimestre de 2011, ao fato de que em 2010 foram apropriados R\$ 4,3 milhões referentes a debêntures retidas de exercícios anteriores.

SINISTRO JAN/11

Iniciamos a regulação do Sinistro ocorrido em janeiro/2011 devido às fortes chuvas que se abateram sobre a Região Serrana. As obras previstas para os principais trechos afetados já estão em fase de projeto, após terem sido concluídos os serviços de sondagem exigidos.

Os gastos nos principais trechos afetados estão cobertos pela nossa Apólice de Seguro e serão realizadas ao longo de 2011/2012.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings, confirmou o grau “A+(bra)” para a CRT. Maiores detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

RECURSOS HUMANOS

A Companhia encerrou o trimestre com o efetivo de 312 funcionários (304 em 2009), maior parte residente no município de Magé e adjacências. Em 2010 a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (Gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, mantendo os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, paralelamente ao Vale Transporte e Vale Refeições previstas em Lei. Mantivemos as atividades laborais internas e a política de subvenção educacional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Mantivemos os convênios pioneiros na Região firmados com a Pestalozzi de Magé no apoio a projetos profissionalizantes (Oficinas de Informática e Marcenaria) e como empresa – madrinha do Espaço Compartilharte de Teresópolis, que atua com crianças e adolescentes em risco social.

Desde 2006, a CRT, através da Lei Rouanet, mantém o Patrocínio exclusivo do Projeto Som na Serra do Grêmio Musical Guapiense, fundado em 09 de abril de 1956, na cidade de Guapimirim, atendendo atualmente a 370 (trezentos e setenta) jovens e adolescentes.

Comentário do Desempenho

A CRT está patrocinando desde Dez/10, integralmente por meio da Lei Rouanet, o Projeto Olhares desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia, com grupo de 30 meninas, entre 13 e 18 anos, que tem por objetivo utilizar a arte de fotografia para captar a realidade das mulheres da comunidade e estimular a participação na sociedade na luta pelos seus direitos e pelo seu espaço de sonhar e se realizar. O Lar Tia Anastácia foi criado em 19 de outubro de 1997, no Bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário teve inicialmente com o foco de abrigar crianças em situação de risco. Mas transformou sua atuação em 2007 para centro de atenção e serviços à criança e à família, desenvolvendo cursos, oficinas e outras atividades voltadas para o desenvolvimento da cidadania. O Projeto terá a duração de um ano e contará, nesse período, com a realização de oficinas semanais, abordando técnicas de fotografia profissional, história da comunidade, direitos das mulheres e outros, finalizando com a exposição “Nós, Mulheres do Rosário” na Casa de Cultura Municipal.

Na área ambiental, demos continuidade aos Projetos de Vereda do Desenvolvimento Sustentável, Fauna Viva e o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Acreditamos que estas ações da CRT contribuirão para reduzir a exclusão social de parte dos adultos, jovens e adolescentes dos municípios que margeiam a nossa rodovia e reforçar nossa posição de empresa socialmente responsável.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, Ernst & Young Terco, não prestaram durante o exercício findo em 31 de março de 2011 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("Companhia") cuja sede está localizada na Rodovia BR-116/RJ – Praça do Pedágio, Magé, RJ, foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" em Assembléia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão - não onerosa - de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Teresópolis - Ent. BR-040(A) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais foi concedida pela Administração da Companhia em 12 de maio de 2011.

2. Políticas contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes. Neste sentido, estão sendo apresentados na nota explicativa 22 as demonstrações das mutações do patrimônio líquido em atendimento aos novos pronunciamentos contábeis.

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2011.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.2. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção uma vez que a esta contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da

Notas Explicativas

Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, às receitas de pedágio eletrônico administrado por terceiros (AVI), as quais são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infra-estruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas

2.7. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.9. Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,00%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00 e 7,00%
Imposto Sobre Serviços	ISS	2,00 e 5,00%

Notas Explicativas

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O Regime Tributário de Transição (RTT) teve vigência até a entrada em vigor de lei que disciplinou os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, sendo optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

A Companhia manifestou sua opção pela adoção do RTT quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2009 (ano-calendário 2008). Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Os impostos diferidos ativos das diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas Explicativas

2.10. Resultado por ação

Em conformidade com o CPC 41 (IAS 33) a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número de ações em circulação durante o exercício.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas informações trimestrais.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de

Notas Explicativas

caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.14. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

Notas Explicativas

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.15. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

2.17. Informações por segmento

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.18. Novos IFRS e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios

Notas Explicativas

iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010, para os quais o CPC ainda não editou os pronunciamentos e modificações correlacionados. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte.
- Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:
 - IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros
 - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras
 - IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais

A Companhia não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas informações trimestrais.

3. Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01.

A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Notas Explicativas

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 146.200, como segue (dados em milhares de reais):

	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014 a 2021</u>	<u>Total</u>
Investimentos – PER	<u>44.260</u>	<u>49.350</u>	<u>47.970</u>	<u>73.300</u>	<u>214.880</u>

O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível uma vez que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados por esta.

Não houve alteração no contrato de concessão da Companhia.

4. Caixa, equivalentes de caixa

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Caixa e Bancos</u>	<u>3.195</u>	<u>2.254</u>
<u>Aplicações Financeiras:</u>		
Banco Votorantim S.A.	8.834	11.777
Banco Bradesco S.A.	4.117	4.010
	<u>12.951</u>	<u>15.787</u>
Total	<u>16.146</u>	<u>18.041</u>

Notas Explicativas

As aplicações financeiras em CDB/DI de alta liquidez, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos médios de 102% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

5. Créditos a Receber

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Via Fácil	4.224	5.076
Dbtrans	660	792
Visa Vale	314	349
Total	<u>5.198</u>	<u>6.217</u>

A Companhia passou a operar em 2009 com o sistema de cobrança automática de pedágio, denominado Via fácil, sendo os valores recebíveis em até 45 dias subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o saldo está representado basicamente por títulos a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e histórico de perdas significativas com estes créditos.

6. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

Impostos a recuperar

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda e Contribuição Social	492	176
PIS e COFINS	-	313
Total	<u>492</u>	<u>489</u>

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

Impostos a recolher

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda e Contribuição Social	4.942	5.633
PIS e COFINS	455	520
ISS	774	806
ICMS	24	15
IRRF	9	16
Total	<u>6.204</u>	<u>6.990</u>

Notas Explicativas**c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos**

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores. Os fundamentos dos ativos fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Imposto de Renda Diferido</u>		
Contingência Trabalhista	145	145
Contingência Cível	328	328
Provisão para Manutenção	2.741	2.597
Outros	263	263
	<u>3.477</u>	<u>3.333</u>
<u>Contribuição Social Diferida</u>		
Contingência Trabalhista	52	52
Contingência Cível	118	118
Contingência Tributária	2	2
Provisão para Manutenção	986	937
	<u>1.158</u>	<u>1.109</u>
Total	<u>4.635</u>	<u>4.442</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro antes da tributação	<u>14.595</u>	<u>8.055</u>
Imposto de renda e CSLL (34%)	(4.962)	(2.739)

Notas Explicativas

Ajustes para demonstração da taxa efetiva:

adições e exclusões permanentes	567	534
Incentivos fiscais - atividade cultural	28	21
Outros	980	(222)
Despesas de Imposto de renda e contribuição social	<u>(5.347)</u>	<u>(2.406)</u>
Taxa efetiva	36,6%	29,8%

7. Imobilizado

Descrição	Saldo em 31.12.2009	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2010
<u>Bens Próprios</u>				
Máquinas, equipamentos e sistema controle de ponto	1.167	130	(1)	1.296
Edificações	233	-	-	233
Veículos	688	-	(145)	543
Processamento de dados e hardware	433	79	-	512
Móveis e utensílios	155	43	-	198
Ferramentas	8	4	-	12
Instalações e instalações elétricas	102	3	-	105
Usina	5	22	-	27
Instalações elétricas usina	94	-	-	94
Terrenos	35	-	-	35
Imobilizações em curso	169	-	-	169
	3.089	281	(146)	3.224
Descrição	Saldo em 31.12.09	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2010
<u>Depreciação</u>				
Máquinas, equipamentos e sistema controle de ponto	(691)	(95)	1	(785)
(-)Outras imobil.próprias e benf.bens terceiros	(133)	-	-	(133)
Edificações	(107)	(9)	-	(116)
Veículos	(151)	(120)	80	(191)
Processamento de dados e hardware	(277)	(113)	-	(390)
Software	-	-	-	-
Móveis e utensílios	(105)	(9)	-	(114)
Instalações e instalações elétricas	(80)	(4)	-	(84)
Instalações e instalações elétricas - usina	(87)	(2)	-	(89)
	(1.631)	(352)	81	(1.902)
Imobilizado Líquido	1.458	(71)	(65)	1.322

Notas Explicativas

Descrição	Saldo em 31.12.10	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.03.11
<u>Bens Próprios</u>					
Máquinas, Equipamentos e Sistema Controle de Ponto	1.296	16			1.312
Edificações	233				233
Veículos	543	1	(26)		518
Processamento de Dados e Hardware	512	73			585
Móveis e Utensílios	198	26		12	236
Ferramentas	12			(12)	
Instalações e Instalações Elétricas	105	8			113
Usina	27	4		94	125
Instalações e Instalações Elétricas Usina	94			(94)	
Terrenos	35				35
	<u>3.055</u>	<u>128</u>	<u>(26)</u>		<u>3.157</u>

Benfeitorias

Imobilizações em Curso	<u>169</u>	<u>1</u>			<u>170</u>
<u>Imobilizado</u>	<u>3.224</u>	<u>129</u>	<u>(26)</u>		<u>3.327</u>

Depreciação Acumulada

Descrição	Saldo em 31.12.10	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.03.11
<u>Bens Próprios</u>					
Máquinas, Equipamentos e Sistema Controle de Ponto	(785)	(11)		55	(741)
(-)Outras Imobil.Próprias e Benf.Bens Te	(133)	(16)		(55)	(204)
Edificações	(116)	(3)			(119)
Veículos	(191)	(28)	26		(193)
Processamento de Dados e Hardware	(390)	(30)			(420)
Móveis e Utensílios	(114)	(3)			(117)
Instalações e Instalações Elétricas	(84)	(1)			(85)
Instalações e Instalações Elétricas - Usina	(89)				(89)
	<u>(1.902)</u>	<u>(92)</u>	<u>26</u>		<u>(1.968)</u>
<u>Imobilizado Líquido</u>	<u>1.322</u>	<u>37</u>			<u>1.359</u>

Notas Explicativas

8. Intangível

Descrição	Saldo em 31.12.2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2010
Ativo Intangível					
Software	168	43			211
Marcas e Patentes	2	-	-	-	2
Sites de Internet	-	50			50
Benfeitorias - Recuperação Geral da Rodovia	94.144	2.727	(2)	3.584	100.453
Benfeitorias - Operação da Rodovia	13.212	37			13.249
Benfeitorias - Melhoramentos	60.708	1.158	(3)	23.734	85.597
Intangível em Curso	22.637	29.946		(27.318)	25.265
	190.871	33.961	(5)	-	224.827
Descrição	31.12.2009	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2010
Amortização do Intangível					
Software	(140)	(29)		-	(169)
Marcas e Patentes	(2)				(2)
Sites de Internet		(5)			(5)
Benfeitorias - Recuperação Geral da Rodovia	(49.095)	(4.199)		13.599	(39.695)
Benfeitorias - Operação da Rodovia	(11.989)	(110)		(786)	(12.885)
Benfeitorias - Melhoramentos	(48.469)	(1.612)		(12.813)	(62.894)
	(109.695)	(5.955)	-	-	(115.650)
Intangível Líquido	81.176	28.006	(5)		109.177

Descrição	Saldo em 31.12.10	Adições	Baixas	transferen cias	Saldo em 31.03.11
Ativo Intangível					
Software	211				211
Marcas e Patentes	2				2
Sites de Internet	50				50
Benfeitorias - Recuperação Geral da Rodovia	100.453	8			100.461
Benfeitorias - Operação da Rodovia	13.249	176			13.425
Benfeitorias - Melhoramentos	85.597	536			86.133
Intangível em Curso	25.265	5.958	(75)		31.148
Custo de Construções		769			769
	224.827	7.447	(75)		232.199

Descrição	Saldo em 31.12.10	Adições	Baixas	ransferênciã	Saldo em 31.03.11
Amortização do Ativo Intangível					
Software	(169)	(6)		59	(116)
Marcas e Patentes	(2)				(2)
Sites de Internet	(5)	(3)		5	(3)
Benfeitorias - Recuperação Geral da Rodovia	(39.695)	(1.132)		(12.580)	(53.407)
Benfeitorias - Operação da Rodovia	(12.885)	(29)		654	(12.260)
Benfeitorias - Melhoramentos	(62.894)	(871)	7	11.862	(51.896)
	(115.650)	(2.041)	7		(117.684)
	109.177	5.406	(68)		114.515

Notas Explicativas

De acordo com o IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do Ativo Imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2011, em 31 de dezembro de 2010 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

Os juros capitalizados no primeiro trimestre de 2011 foi de R\$ 769 e R\$ 508 em 2010.

9. Empréstimos e Financiamentos

	<u>31/03/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>Curto</u>	<u>Longo</u>	<u>Curto</u>	<u>Longo</u>
	<u>Prazo</u>	<u>Prazo</u>	<u>Prazo</u>	<u>Prazo</u>
BNDES	<u>6.233</u>	<u>32.530</u>	<u>6.154</u>	<u>34.055</u>

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento destinado a melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008/2012. A totalidade do crédito concedido, R\$51.835, está divididos em: subcrédito A – R\$27.745 e B – R\$11.890 – totalmente liberados com uma sobra de R\$11 a serem compensados nos subcréditos C e D; C – R\$8.540 – dos quais R\$8 foram levantados até a presente data e D – R\$3.660. – dos quais R\$3 foram levantados até a presente data.

Sobre os sub-créditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os sub-créditos B e D incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os sub-créditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os sub-créditos B e D deverão ser utilizados até 31 de dezembro de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013. Os encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

Possui como garantia cartas de fianças emitidas pelo Bradesco S.A. com vencimentos em 17/05/2011, 18/08/2011, 12/11/2011e 01/12/2011.

Não há cláusulas restritivas ("covenants") nos contratos em questão.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2.012	4.574	6.099
2.013	6.099	6.099
2.014	6.099	6.099
2.015	6.099	6.099
2016em diante	<u>9.659</u>	<u>9.659</u>
Total	<u>32.530</u>	<u>34.055</u>

Notas Explicativas

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

10. Salários, provisões e contribuições

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisões Trabalhistas	1.509	1.153
Encargos Trabalhistas	569	618
IRRF	50	62
PPR	1.569	1.225
Benefícios	18	4
Outros	146	124
Circulante	<u>3.861</u>	<u>3.186</u>

11. Obrigações legais decorrentes de processos judiciais

A Companhia constituiu provisão em face de perdas prováveis decorrentes de processos de indenização movidos por usuários da rodovia e ações trabalhistas, fiscais e cíveis. A Administração não acredita, portanto, na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro.

Composição do saldo

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
NÃO CIRCULANTE		
Trabalhistas	580	580
Fiscais	20	20
Cíveis	1.310	1.310
Total	<u>1.910</u>	<u>1.910</u>

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Notas Explicativas

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Apesar de o atual estágio processual ser de difícil previsibilidade acerca dos valores envolvidos, a Companhia mantém sistemática de avaliação das contingências envolvidas. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos.

(ii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$400. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e de Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Processos fiscais

A Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária – instituído em 26 de março de 2009, pela Lei nº 2.175 do Município de Sapucaia, o que permitiu realizar depósito judicial, R\$821 em parcela única e com redução de 100% das multas e juros de mora, razão pela qual foi constituída provisão de igual valor.

12. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Para calcular a provisão a valor presente é utilizada a taxa de desconto de 12%. O saldo da provisão em 31 de março de 2011 é de R\$ 10.961 (R\$ 10.394 em 31 de dezembro de 2010).

13. Debêntures

As Assembléias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26/12/2001 com as seguintes características, resumidas:

Notas Explicativas

Forma e espécie:	Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
Quantidade de títulos:	23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
Valor da emissão (em R\$):	A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$62.963, na data de emissão.
Valor nominal (em R\$):	As debêntures têm valor nominal unitário de R\$560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$12.949.
Data de emissão:	31 de dezembro de 2001.
Vencimento final:	Somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Emissora, por qualquer razão, conforme facultado pelo art. 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no item 1.20.
Prêmio de emissão (em R\$):	As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$2,1653 na data de emissão, perfazendo o total de R\$50.014.
Convertibilidade:	As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Cada debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída aos seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembléia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de convertibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Notas Explicativas

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2010, foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura das debêntures na data de encerramento das informações trimestrais. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo, poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas foram canceladas no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, seus aditivos e o Prospecto de Distribuição encontram-se arquivados na CVM para consulta dos investidores.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$38.800, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2010, foi deliberado o aumento de R\$ 4.500 no capital social autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 38.800, mediante utilização de Reserva Legal, de Reserva para Investimento e de Reserva de lucros.

Notas Explicativas

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	<u>31/03/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Investimentos e Particip. em Infraestruturas S/A - Invepar	17.992	3.546	21.538	21.538
Construtora OAS Ltda.				6.888
Carioca Christian-Nielsen Concessões	10.262	8.202	18.464	16.168
Strata Constr. e Conces. Integradas S.A.	8.567	5.800	14.367	12.071
Queiroz Galvão Particip. e Conces.S.A.	10.262		10.262	7.966
Construtora Queiroz Galvão S.A.		8.201	8.201	8.201
CRT– Fundo de Invest. em Participações		9.524	9.524	9.524
M&G Consultoria e Particip. Ltda.		711	711	711
Credicom Coml Inform. e Serviços Ltda.	625	588	1.213	1.213
ERG Particip. Ltda.	1.070	1.102	2.172	2.172
Conselheiros	8	6	14	14
TOTAL	<u>48.786</u>	<u>37.680</u>	<u>86.466</u>	<u>86.466</u>

b) Dividendos

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei. Consta também no estatuto social que os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

Notas Explicativas

O dividendo mínimo obrigatório foi calculado como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido do período	9.248	27.907
Reserva legal	(462)	(1.395)
Base de cálculo	8.786	26.512
Reservas Estatutárias	527	1.591
Reserva p/aumento de capital	593	4.003
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo obrigatório	2.197	6.628
Dividendos antecipados	1.360	8.065
Total de dividendos pagos	3.557	14.693

Nos termos do Estatuto da Companhia e em conformidade com Reunião do Conselho de Administração em SS de 23 de fevereiro de 2011 foram destinados R\$ 3.557 a título de dividendos antecipados.

c) Reservas

- a) Reserva de Ágio - Referente a ágio apurado na emissão de ações.
- b) Reserva para Aumento de Capital – constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.
- c) Reserva Legal - Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social integralizado da Companhia.
- d) Reserva de Restituição de Capital (estatutária) - Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.
- e) Reserva para Investimentos (estatutária) – Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.
- f) Reserva de Retenção de Lucros – Constituída para cobrir orçamento de capital, de acordo com a Legislação Societária.

Notas Explicativas

15. Despesas Administrativas

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Despesa com pessoal	1.142	1.162
Serviços de terceiros	485	380
Desp. com Materiais equipamentos e veículos	181	260
Despesas gerais	1.700	1.219
Despesas com depreciação e amortização	95	86
Despesas de remuneração de dirigentes	250	234
Total	<u>3.853</u>	<u>3.341</u>

16.Receitas e Despesas Financeiras Líquidas

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
-		
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	-	(237)
Despesas bancárias	(142)	(90)
	<u>(142)</u>	<u>(327)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	428	279
Variação monetária ativa	7	9
Descontos obtidos	-	3
	<u>435</u>	<u>291</u>
Total	<u>(293)</u>	<u>(36)</u>

17. Partes relacionadas

a) Participações dos Empregados no Lucros (PLR)

Além da participação dos debenturistas, prevista na Escritura de Emissão de Debêntures registrada na CVM, a Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR)), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra "h", do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante registrado como participação nos resultados em 31 de março de 2011, R\$3.374 (R\$18.654 em 2010) foram atribuídos aos debenturistas e R\$344 (R\$1.227 em 2010) aos empregados e diretores, totalizando R\$3.718 (R\$19.881 em 2010).

Notas Explicativas

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembléia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$2.200.

	<u>31/03/2011</u>			<u>31/03/2010</u>		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-labore	220	30	250	149	38	187
Bônus variáveis	138	-	138	148	-	148
Total	<u>358</u>	<u>30</u>	<u>388</u>	<u>297</u>	<u>38</u>	<u>335</u>

A Companhia adota práticas de Governança Corporativa e não possui quaisquer outros tipos de transação com partes relacionadas.

18. Instrumentos Financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas Explicativas

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Companhia mantém parte substancial do equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

<u>Operação</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário A – 5%</u>	<u>Cenário B – 10%</u>
Aplicação financeira	12.951	12.951	12.951
Taxa anual estimada do CDI	12,24%	9,18%	6,12%
Efeito anual no caixa líquido	1.585	1.189	793

(b.2) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A- 5%</u>	<u>Cenário B- 10%</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES direto 1	TJLP	(27.041)	(27.149)	(27.311)
BNDES direto 2	TJLP	(11.589)	(11.635)	(11.705)
Referência para passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		6,00%	7,50%	9,00%

Notas Explicativas

c) taxas de câmbio

A companhia não possui operações de câmbio.

d) derivativos

No trimestre encerrado em 31 de março de 2011, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

19. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro líquido	9.248	5.649
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído	86.466	86.466
Lucro por ação - básico e diluído em R\$	<u>106,96</u>	<u>65,33</u>

Notas Explicativas

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

20. Coberturas de Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 31 de março de 2011:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora
Garantia	R\$ 12.500	22/22/11/2010 a 22/11/2011	Banco Fator
Responsabilidade civil geral	R\$ 7.000	12/08/10 a12/08/11	Chartis/Mitsui
Riscos operacionais	R\$ 45.000	12/08/10 a12/08/11	Chartis/Mitsui
Lucros Cessantes	R\$ 20.000	12/08/10 a12/08/11	Chartis
Riscos de Engª Peq. obras	R\$ 2.000	Diversas	Diversas

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

Em 12 de janeiro 2011 ocorreram fortes chuvas na região serrana do Rio de Janeiro, provocando, além da tragédia amplamente divulgada pelos meios de comunicação, inúmeros eventos graves na rodovia, no trecho Teresópolis-Sapuçaia.

A companhia fechou a rodovia preventivamente à ocorrência dos eventos, em conformidade com a sua Política de Monitoração, não registrando nenhuma vítima fatal durante o ocorrido.

Foram registradas inúmeros pontos sinistrados, cujo montante global para recuperação irá exceder o valor de cobertura de R\$ 45 milhões da nossa apólice de seguro vigente.

As estimativas preliminares apontam para Investimentos da ordem de R\$ 70 milhões, que serão consumidos nos próximos 2/3 anos.

A Companhia iniciou contato com instituições financeiras e órgãos reguladores face à natureza de calamidade pública/dano da natureza do evento, de forma a recompor o caixa do montante excedente ao valor a ser reembolsado pela apólice de seguro vigente.

Notas Explicativas

Também foram iniciadas as negociações junto à seguradora atual com vistas a renovação da antecipação da apólice de seguro vigente.

O trecho sinistrado da rodovia responde por não mais de 10% do tráfego total, motivo pelo qual nosso faturamento não foi significativamente afetado pelo evento.

21. Informações adicionais

- a) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010.

	Reserva de Capital		Reserva de Lucros			Proposta de		Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Ágio na Emissão de Ações	Reserva para Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Retenção de Lucros	Distribuição de Dividendos Adicionais		
Em 31 de dezembro de 2009	34.300	3.596		1.331	2.712	21.818			63.757
Lucro líquido do período								5.649	5.649
Destinação do lucro líquido									
Constituição de reservas			647	282	296	(4.633)		(2.239)	(5.647)
Dividendos propostos								(1.342)	(1.342)
Dividendos adicionais propostos							2.068	(2.068)	
Em 31 de março de 2010	34.300	3.596	647	1.613	3.008	17.185	2.068	-	62.417

	Reserva de Capital		Reserva de Lucros			Proposta de		Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Ágio na Emissão de Ações	Reserva para Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Retenção de Lucros	Distribuição de Dividendos Adicionais		
Em 31 de dezembro de 2010	38.800	3.596	4.003	1.744	3.370	13.685			65.198
Lucro líquido do período								9.248	9.248
Destinação do lucro líquido									-
Constituição de reservas			592	462	527	4.110		(5.691)	0
Dividendos propostos								(2.197)	(2.197)
Dividendos adicionais propostos								(1.360)	(1.360)
Em 31 de março de 2011	38.800	3.596	4.595	2.206	3.897	17.795	-	-	70.889

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o comportamento das projeções Empresariais

As projeções empresariais no trimestre estão dentro do orçamento da companhia, não havendo no momento expectativa de reversão dos resultados previstos para o ano.

A ANTT autorizou a suspensão temporária da cobrança de pedágio da Praça de PN2 por 2 anos. Este período é o prazo estimado para realização de estudos com vistas à definição da sua nova localização e seu correspondente equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato.

A ANTT autorizou a construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, Projeto que consumirá cerca de R\$ 56 milhões nos próximos 4 anos, e que permitirá ao final deste, maior fluidez do tráfego, segurança e conforto para os usuários.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1 –PROJETOS DE INVESTIMENTOS

a) TERCEIRA FAIXA NA SERRA

A Serra de Teresópolis receberá a terceira faixa de rolamento em 12 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT dado início à sua construção, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto teve início em abril/2010 com os trabalhos de reforço e alargamento da ponte sobre o Rio Corujas, seguindo-se da obras nos quilômetros 100 e 103,86, na Serra.

TERCEIRA FAIXA DARÁ MAIOR FLUIDEZ AO TRÁFEGO NA SERRA

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra, que irá contemplar 12 dos seus 14 quilômetros de extensão. Essa nova configuração permitirá que veículos lentos utilizem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

trafegam será significativamente aumentada, proporcionando maior fluidez e, principalmente, mais segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja economia será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, comprometa excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram um planejamento que prevê as intervenções em etapas, dividindo o trecho em quatro segmentos.

Após a conclusão de cada segmento, a obra avançará de forma a reduzir ao máximo a abrangência e a extensão dos transtornos na região. Essa decisão aumenta o prazo de conclusão da obra, mas atenua o desconforto de quem usa a rodovia.

Pesquisas realizadas pelo IBOPE nos últimos anos indicam que a grande maioria dos motoristas (90%) é favorável e desejam a realização da obra, mesmo informados dos inconvenientes que as intervenções poderiam causar, já que haverá retenções médias ou intensas, dependendo do horário, do período do ano ou das condições de uso da rodovia.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não será alterado.

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções irá ocorrer em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Ações preventivas relativas ao meio ambiente para a execução da obra.

- Não haverá canteiro de obras na Serra. Será utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.
- Os resíduos gerados durante a obra serão segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Será contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizará, entre outros, um técnico ambiental de campo que irá atuar de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo medidas de proteção ambiental que deverão ser implementadas. Essa equipe irá assegurar a execução das ações planejadas de preservação ambiental, se antecipando a desdobramentos indesejáveis, assim como a adoção de medidas de controle.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

- Serão implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que possam ser liberados durante a obra.
- Será feita a capacitação técnica ambiental para engenheiros, encarregados, mestres de obras e operários das diversas frentes de trabalho.
- Os equipamentos serão dotados de caixas de contenção para evitar possíveis derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios serão devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material seja carregado para dentro dos mesmos.
- Para assegurar a preservação do trecho, será feito o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Como em todas as obras, serão instalados banheiros químicos para os funcionários, inclusive na Serra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, terão lonas de cobertura para evitar emissão de material particulado para a atmosfera.

Encerramos o primeiro trimestre de 2011 com 91% do primeiro trecho concluído.

Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no site www.crt.com.br.

b) DEMAISPROJETOS

Como já comentado em outras seções, continuamos na expectativa da liberação do poder concedente de modo que possamos cumprir o programa de investimentos deste ano.

Dentre as obras e serviços concluídas e em andamento no trimestre, destacamos:

1) SERVIÇO DE CONSERVA E MANUTENÇÃO

Serviços de roçada, capina e poda;

Manutenção e desobstrução de sistema de drenagem;

Reparo de Canaletas;

Manutenção do sistema elétrico: Passarelas / PN's / Sede / BOP / BCM / Usina / BCM 105/ Iluminação Pública Canteiro Central;

Manutenção do sistema predial;

Manutenção de máquinas e equipamentos: PN's / Sede / BOP / BCM Km 105,0/ Usina / Brasilinha;

Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio;

Manutenção de Encostas: Contensões de Encostas: Km 90,5 – 87% Concluído / Km 101 – 50% Concluído;

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Manutenção da Sinalização Horizontal: 10,50 kms;

Manutenção da Sinalização Vertical: 76 Unidades;

Barreira de proteção: 376 Metros;

Manutenção do Pavimento Rígido: Km 94 e Km 98 – 60% Concluído / Praça de Pedágio PN-1 - Km 133,5 - 80% concluído;

Selagem de Fissuras: Km 94 e Km 98 – 60% concluído;

Fresagem e Reciclagem: Regularização Km 104 ao Km 108 P1 (Depressões) - 90% concluído / Obras emergenciais (Correção de depressões) - Km 30; Km 14; Km 14,5; Km 44; Km 49; Km 133; Km 141,8; Km 142; Km 139 (Cabeceira do Rio Roncador P2); Km 31; Km 13 - 100% concluído;

Substituição ou recuperação e pintura de guarda-corpos de pontes e passarelas: Passarela do km 129 – 100% concluído.

2) MONITORAÇÃO

Manutenção do Sistema de Monitoração

Drenagem e Obras de Arte Correntes – Ao longo da Rodovia;

Pavimento Rígido – Ao longo da Rodovia;

Edificações;

Elementos de Proteção e Segurança;

Sinalização Horizontal;

Canteiros Centrais, Faixa de Domínio e Áreas Lindeiras - Ao longo da Rodovia

Sistemas Operacionais e Níveis de Serviços – Elaboração de Relatório

Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados FAUNA VIVA – Ao longo da área do PARNASO;

Execução do Programa de monitoramento da Qualidade da Água, do ar e da poluição sonora – Ao longo da área do PARNASO;

3) DIVERSOS

Recuperação Estrutural da Ponte sobre o Rio Bananal Km 101,8 - Pista Simples: 90% Concluído;

Alargamento e Reforço da Ponte sobre o Rio Bananal Km 101,8 - Pista Simples: 55% Concluído;

Recuperação Estrutural, alargamento e reforço do Viaduto sobre a RFFSA km 136,95 - Pista 1: 50% Concluído;

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Recuperação Estrutural, alargamento e reforço do Viaduto sobre a RFFSA km 136,95 - Pista 2: 30% Concluído;

Recuperação de Placas em Concreto do Km 100 ao Km 103,86: 65% concluído;

Construção de Pontos de Ônibus: Passarela de Mauá – Km 131- 53% concluído ;

Barreira New Jersey – Pontos de Ônibus e OAEs: Passarela de Mauá – Km 131- 53% Concluído;

Sinalização Especial para Trechos em Neblina: Km 89 ao Km 92 - 100% concluído / Km 85 ao Km 89 - 80% concluído;

Construção do BOP Km 133,5: 98% concluído;

Implantação de Drenos Experimentais de Pavimento Km 71 ao Km 89: Km 88 – 100% Concluído;

Barreira New Jersey com h=1,20 m: Km 113,8 – Jororó (Complemento)- 80% concluído;

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rio-Teresópolis S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Mauro Moreira
Contador CRC – 1RJ 072.056/O-2

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na rodovia BR 116 s/nº - Km 133,5 no bairro de Piabetá, no município de Magé, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst Young Terco Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Concessionária relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

Magé, 31 de março de 2011.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na rodovia BR 116 s/nº - Km 133,5 no bairro de Piabetá, no município de Magé, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst Young Terco Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Concessionária relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

Magé, 31 de março de 2011.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores